



PROGRAMA DO POR

**Partido
Operário
Revolucionário**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Apresentação

O trabalho de construção do partido se dá sobre a base do programa. A organização da classe operária para a destruição do capitalismo tem como essência transformar seu instinto revolucionário em ação histórica. Somente um partido com um programa que expresse o socialismo científico pode cumprir esse objetivo. Está aí por que a construção do partido é um processo de elaboração programática, formação de quadros militantes profissionais e de penetração no seio das massas exploradas. O partido forja uma fração proletária que domina a teoria marxista, o método do materialismo histórico e o programa.

É sob essa compreensão que o VII Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR) decidiu aperfeiçoar o programa. Suas bases foram constituídas no III Congresso de 1993. Dizemos aperfeiçoar porque não houve nenhuma mudança essencial. O que decidimos foi tornar o programa mais conceitual. Extraímos explicações e exemplificações. Tornamos o programa mais sintético, de forma que revele com maior clareza e precisão as leis históricas da revolução

proletária, os fundamentos da luta de classe, a estratégia e a tática, as tarefas particulares das transformações socialistas para o Brasil, o internacionalismo e a natureza do partido revolucionário.

O III Congresso permitiu ao POR se colocar diante dos acontecimentos e atuar na luta de classe com uma orientação segura. Mostrou-nos a importância decisiva do programa como guia para a ação revolucionária e para a construção do partido. Chegamos ao VII Congresso mais fortalecidos com os quadros militantes dominando as premissas programáticas e inseridos nos movimentos sociais.

A atualização do programa, cujos fundamentos têm sido testados pelos grandes acontecimentos, reflete esse avanço. O mais importante é que nos coloca a tarefa de ampliar, formar novos quadros partidários, superar o desenvolvimento embrionário e tornar-se uma força revolucionária no interior da classe operaria e demais oprimidos.

11 e 12 de janeiro de 2003

Programa do POR

1. O capitalismo atingiu seu mais alto grau de desenvolvimento na sua forma imperialista. Trata-se de sua fase superior e última, ou seja, a fase de decomposição. Caracteriza-se pela concentração monopolista dos meios de produção, domínio do capital financeiro, exportação de capitais e partilha do mundo entre as potências. O poder econômico e militar está nas mãos de uma minoria de países que saqueiam o mundo, mantêm no atraso a maioria das nações e impõem a fome crescente em todo o globo. As forças produtivas não têm como se expandir livremente, encontram-se encarceradas pelas relações de produção monopolistas. O desenvolvimento dos principais ramos logo se esgota e se converte em crise de superprodução. A extraordinária capacidade de produção choca-se com o estreitado mercado mundial. As fronteiras que dividem e separam os Estados Nacionais levantam-se contrapostas às forças produtivas altamente potenciadas. Ao mesmo tempo que o capitalismo mundial estabeleceu imprescindíveis laços de interdependência entre as nações, opõe uma às ou-

tras, aproxima-as e as afasta. Nesse sistema de contradições, as potências imperialistas agem como força desintegradora das nações oprimidas. Atuam por cima das fronteiras nacionais para assegurar os interesses dos monopólios e garantir o parasitismo financeiro. No mercado mundial, manifestam a aguda guerra comercial interimperialista e os obstáculos ao crescimento comercial dos países atrasados. Ressalta a contradição entre a opulência capitalista dos países imperialistas e a carência de desenvolvimento dos países semicoloniais. A fase última do capitalismo monopolista mostra a necessidade constante da burguesia parasitária ampliar o saque das nações oprimidas e intensificar a exploração do trabalho.

2.As duas grandes guerras mundiais e o nazifascismo são as manifestações mais contundentes da época imperialista. Indicam que o capitalismo, para sobreviver, obriga a burguesia a utilizar dos meios mais violentos e reacionários. Recorre à barbárie frente a sua crise histórica. Já não tem como fazer reformas e se utilizar amplamente do pacifismo como instrumentos de desenvolvimento das forças produtivas e contenção da luta de classes. A máscara do reformismo e do pacifismo não se sustenta frente à decomposição econômica e social. A fase imperialista é caracterizada pelo predomínio do totalitarismo e da violência reacionária. Em contraposição, o proletariado se despontou e desponta como a classe internacional capaz de pôr fim à barbárie por meio da revolução social. O imperialismo é a época da rebelião das nações oprimidas, do levante das massas exploradas e das revoluções proletárias. Guerras, revoluções e contra-revoluções constituem os fenômenos inerentes à época do capitalismo monopolista. Os retrocessos nas revoluções proletárias das últimas décadas, por meio da restauração capitalista, não modificam esse caráter da fase imperialista. Demonstram que se o proletariado não avança na revolução mundial acaba por ceder conjun-

turalmente em conquistas históricas. O retrocesso da Revolução Russa, sob a condução do Estado Operário pela burocracia estalinista, retarda a derrota da burguesia mundial, prolongando a agonia do capitalismo apodrecido. Se a restauração burguesa derruba os avanços da revolução socialista e dificulta ao proletariado a tarefa de eliminar a barbárie, não o impossibilita de retomar a via das transformações. As experiências acumuladas pelas revoluções é um patrimônio que o proletariado recorrerá para enfrentar as ofensivas imperialistas, que serão tão devastadoras à humanidade como foram as duas grandes guerras mundiais.

3.O capitalismo no Brasil é parte do capitalismo mundial. O capitalismo foi introduzido de fora para dentro com o colonialismo. Assumiu a forma inicial pré-capitalista. As relações de produção configuraram-se sob uma forma excepcional de propriedade feudal (sesmarias) e de exploração escravista. Durante séculos, o pré-capitalismo agroexportador serviu à acumulação primitiva de capital à burguesia colonialista (metropolitana).Esse sistema se superpôs ao coletivismo primitivo das nações indígenas. Estas em grande parte foram dizimadas e uma parcela serviu ao modo escravista de produção. As forças produtivas se desenvolveram lentamente, como parte das relações de produção capitalista européia que se expandia. Essas estiveram condicionadas à acumulação primitiva, portanto submetidas ao desenvolvimento da burguesia metropolitana e aos conflitos de seus interesses de colonialistas. O sistema agroexportador se desintegra quando o capitalismo metropolitano já havia realizado a revolução industrial e a acumulação primitiva já não lhe servia. As relações escravistas vão dando lugar às relações capitalistas, baseadas na exploração do trabalho assalariado. Transformam-se as relações de propriedade feudais e semif feudais da terra em propriedade privada capitalista. O Brasil passou da condi-

ção de colônia para a de semicolônia. O colonialismo foi definitivamente substituído pela forma de domínio imperialista. O desenvolvimento desigual e combinado continuará vigente. Expressa a lei de acumulação, concentração e centralização do capital. A semicolônia se caracteriza pelo capitalismo atrasado. Sua economia conserva formas pré-capitalistas e assume formas industriais do capitalismo avançado. Reflete internamente a lei geral do desenvolvimento desigual e combinado. O imperialismo se apoia parasitariamente, por meio do capital financeiro, sobre a maioria dos países semicoloniais, dos quais o Brasil é um deles.

4. O capitalismo semicolonial não pôde desenvolver plenamente as forças produtivas internas. Essas avançaram lenta e tardiamente nas condições de coexistência de formas pré-capitalistas no campo e de formas industriais modernas, concentradas em algumas regiões. Estiveram condicionadas às travas da submissão ao imperialismo. A industrialização regionalizada e a estrutura agrária arcaica expressam o atraso das forças produtivas capitalistas. Tarefas como a de modernização geral da agricultura e industrialização integral do país se tornaram inviáveis sob a estrutura mundial do capitalismo monopolista. A alta produtividade da agroindústria é tão regionalizada quanto à da indústria de transformação. O campo conserva o arcaísmo da produção familiar e da pequena e média propriedades, responsáveis pela quase totalidade do abastecimento interno. Uma grande parcela da pequena e média indústria não tem acesso à alta tecnologia, que se concentra em ramos da produção monopolizados e controlados pelas multinacionais. Indicadores como renda per-capita e produto interno bruto mostram o baixo nível de produtividade, os desníveis regionais e o atraso do capitalismo semicolonial. Tarefas como a de liquidação do latifúndio, reforma agrária, industrialização generalizada, fim dos desníveis regio-

nais e rompimento das travas imperialistas continuam vigentes. Sem a solução delas não é possível ao Brasil sair de sua condição semicolonial. Mas tais tarefas da revolução democrática burguesa não podem ser resolvidas no interior das relações capitalistas de produção monopolizadas. A burguesia semicolonial brasileira fracassou em seus intentos nacionalistas.

5. Temos definidas no capitalismo três classes sociais: a burguesia, a pequena-burguesia e o proletariado. A burguesia e o proletariado são as duas classes fundamentais e completamente antagônicas. A pequena burguesia é intermediária, oscila entre a burguesia e o proletariado. Define-se as classes pelo lugar que ocupam nas relações de produção. A burguesia é a classe que detém os meios de produção (fábricas, terras) e explora a força de trabalho alheia. O proletariado é a força que move a produção social, que vende a força de trabalho à burguesia e que depende do salário. A burguesia extrai a mais-valia (tempo de trabalho não pago) para acumular capital e concentrá-lo cada vez mais; o proletariado produz a mais-valia, está sujeito ao aumento da taxa de exploração e arca com o desemprego e miséria. A pequena burguesia, no Brasil, constitui duas camadas distintas: a classe média urbana e os camponeses. São donos dos meios de produção que usam na produção individual; prestam serviços e atividades intelectuais, assim não exploram a força de trabalho operária e também não vendem sua força de trabalho para produzir mais-valia. É muito heterogênea e formada por uma ampla camada empobrecida. Encontra-se economicamente submetida ao grande capital, e a maioria tende a se arruinar cada vez mais. A burguesia é formada por frações, que se distinguem e se atritam no processo de acumulação de capital; na luta de classe contra o proletariado as diversas frações burguesas comparecem unidas. O proletariado constitui-se de camadas, mas é a classe mais homogênea

pela condição de força motriz da produção social e pela situação de classe explorada. Uma pequena camada qualificada se distingue perante a esmagadora maioria que recebe um salário de fome.

6.O proletariado é a classe revolucionária justamente pelo lugar que ocupa nas relações de produção. Por encarnar a produção social (coletiva, cooperada), constitui-se na força motriz das transformações históricas. Está em confronto com a propriedade privada dos meios de produção e com o processo de acumulação de capital. A produção social e o aperfeiçoamento industrial desenvolveram a capacidade produtiva do capitalismo mundial em grande escala. A propriedade privada dos meios de produção assumiu a forma dominante de propriedade monopolista dos meios de produção, resultante da gigantesca acumulação e centralização de capital. A produção social encontra-se sufocada pela concentração monopolista. Ou seja, as forças produtivas, formadas pela força de trabalho e maquinaria, não podem continuar seu desenvolvimento geral sob a forma monopolista. Convertem-se em crise de superprodução, desemprego crescente, rebaixamento dos salários e violentas quebras. Trata-se da desintegração econômica e social do capitalismo na fase monopolista. A burguesia está obrigada a atacar mais fundo as condições de existência da classe operária e demais trabalhadores.

7.A tese do nacionalismo burguês se assenta na diretriz do nacional-desenvolvimentismo independente. Coloca a tarefa de superar o atraso por meio da industrialização, da constituição de uma consistente indústria de base, de um poderoso mercado interno, de incorporação dos milhões de camponeses presos a economia arcaica familiar nas relações capitalistas de produção modernas (que implica em uma reforma agrária protegida pelo Estado), superação dos desequilíbrios regionais, fortalecimento da unidade federativa, fim do analfabetismo e Estado democrático. Esse pro-

grama democrático-burguês foi concebido pelo nacional-desenvolvimentismo de forma a saltar as travas do capital imperialista. Não previa nenhuma ruptura revolucionária com o imperialismo. Tratava-se apenas de tomar as rédeas das forças produtivas internas pelas frações burguesas identificadas com os interesses brasileiros. Pressupunha que bastava o controle do Estado por essas frações para que a potencialidade econômica pudesse ser bem aproveitada para a acumulação interna e projeção externa. O Estado tinha de ser um instrumento desenvolvimentista independente da condução do capital externo (imperialista). A acumulação interna de capital poderia se agigantar uma vez que o Brasil é dotado de vastos recursos naturais e de uma extraordinária população. Havia ainda a consideração de que o povo brasileiro era pacífico, de forma que a colaboração de classe era uma alavanca para o objetivo desenvolvimentista. Estavam dadas as condições para a superexploração do trabalho e a integração passiva dos camponeses pobres. Distinguindo alguns aspectos materiais, grande parte dessa tese não passou de idealização pequeno-burguesa. O desenvolvimento histórico do Brasil se deu sob o domínio do capital externo. A sua penetração de fora para dentro no continente se deu por força da lei de desenvolvimento mundial do capitalismo. Assim, o país nasceu e se desenvolveu condicionado pela estrutura desigual e combinada. Por mais esforços que a burguesia nacional fizesse para ter o comando das forças produtivas internas e neutralizar a ação depredadora do capital imperialista, não poderia romper esse funcionamento, arrancar o Brasil da condição de semicolônia e colocá-lo na condição de capitalismo adiantado (imperialista). As tarefas democráticas do capitalismo atrasado não puderam ser cumpridas pela raquítica e serviçal burguesia brasileira. Já não podem mais ser cumpridas por essa classe e o país se desintegra sob o saque das potências.

8.O estalinismo (PCB) não passou de uma variante do nacionalismo burguês. Caracterizou incorretamente o país como feudal e extraiu dela a revolução democrático-burguesa como uma etapa necessária para o desenvolvimento do capitalismo nacional, crescimento do proletariado e, portanto, criação das bases para uma futura transformação socialista. No centro da tese do PCB, estava a constatação de que existia uma fração burguesa nacional progressista. Esta comporia uma aliança com o proletariado e os camponeses para derrotar a fração latifundiária e pró-imperialista. De forma que essa fração tida como revolucionária assumiria as transformações antilatifundiárias e antiimperialistas. Teria apoio e participação das massas oprimidas para enfrentar o imperialismo e concretizar as tarefas democrático-burguesas. Essa posição programática colocou o PCB na dependência do nacionalismo burguês. Resultou em apoio estratégico à burguesia brasileira contra o proletariado e camponeses pobres. Substituiu a luta de classes pela colaboração de classes. O fracasso do nacionalismo burguês e seu esgotamento histórico, o que não quer dizer total esgotamento político, pôs abaixo a tese estalinista da revolução democrático-burguesa e a concepção etapista. Na sua trajetória, o estalinismo teve oscilações para a esquerda e para a direita. Mas sempre conservou a essência do caráter democrático burguês da revolução, sob a influência de uma suposta ala progressista burguesa e de sua aliança com proletários e camponeses. Atados às posições do “socialismo em um só país”, da distinção entre países maduros e não maduros para a revolução proletária e da tese das duas etapas da revolução nos países atrasados, os estalinistas brasileiros se decomporão em diversas frações e continuarão submissos aos interesses gerais da burguesia. O estalinismo procurou se revestir de leninismo. A idéia de que a classe operária brasileira poderia fazer uma revolução democrática em ali-

ança com a burguesia progressista foi uma das falsificações estalinista do leninismo. A aplicação da tática de frente popular correspondeu a tal deformação. O estalinismo procurou passar a frente popular, nos países atrasados, como sendo antiimperialista. As várias tentativas frentistas do PCB (ANL, Frente Democrática de Libertação Nacional etc) estiveram sob a estratégia da revolução democrático-burguesa. As tarefas antiimperialistas e democráticas próprias do capitalismo atrasado não poderiam ser cumpridas pela burguesia. A sua fração nacionalista não fez senão defender mesquinhos interesses conjunturais. E o estalinismo dependente do nacionalismo renegou o proletariado como a classe revolucionária capaz de dar as soluções a tais tarefas pendentes por meio da revolução proletária.

9.O reformismo da atualidade retomou parte das posições do estalinismo. O PT conformou-se em torno da estratégia do governo democrático-popular. Procurou se distinguir dos demais partidos com a tese de desenvolvimento econômico combinado com o desenvolvimento social. A caracterização de país atrasado já não tem lugar nas conceituações do PT. O problema está no modelo econômico de concentração de riqueza e “exclusão” social. Não se refere a nenhum tipo de necessidade de revolução. Ao contrário, entende que a época de revoluções se passou. Apoiava-se no processo de restauração capitalista na ex-URSS e outros países para rechaçar a via revolucionária. Obscurece os fatores e razões da restauração com o rótulo de fim do “socialismo real”. Faz coro com a burguesia imperialista em torno da idéia que a volta da ex-URSS ao capitalismo constitui no fracasso histórico do comunismo. Fechada essa possibilidade para as massas oprimidas, o que resta é refutar o “modelo excludente” de desenvolvimento capitalista. Estaria colocado um outro “modelo” de desenvolvimento social, “includente”. Isso se dá na ordem

internacional e nacional. De forma que estariam em confronto essas duas vias. O PT encarnaria a “inclusão”. Segundo seus ideólogos, há uma fração burguesa progressista que pode se aliar aos trabalhadores para afastar o “modelo neoliberal excludente”. É com essa aliança que, no Brasil, o PT constituiria o governo democrático-popular. Derrotaria a fração neoliberal, financeira e oligárquica. Essa é a condição para se “democratizar” e “desprivatizar” o Estado. Poder-se-ia assim implantar uma nova política econômica, que levaria à desconcentração de riqueza e à “inclusão” das massas. A capacidade do Estado seria dirigida para a proteção dos pequenos e médios capitalistas, a produção de bens populares seria incentivada, fortaleceria o mercado interno, favoreceria os exportadores, promoveria uma reforma agrária negociada e restabeleceria a soberania do país sem romper os contratos com os banqueiros. O lugar dos movimentos sociais seria o de defesa da “cidadania”. A pressão sobre o Parlamento em torno de reivindicações “propositivas” (legislativas) seria o meio para se chegar a reformas populares. Os sindicatos passariam a cumprir o papel intermediário entre o capital e o trabalho. Portanto, instrumentos de negociação e acordos. O reformismo se levanta como inimigo da luta de classe e agente da conciliação. A defesa do capitalismo faz do PT um partido da contra-revolução. Esse programa pequeno-burguês o coloca, em última instância, na dependência dos monopólios. Não há como desconcentrar o capital e tirar as massas da miséria sob o capitalismo. A tese dos modelos obscurece os fundamentos históricos e conjunturais do capitalismo atrasado e da decomposição mundial desse regime de exploração do trabalho. A evolução política do reformismo indica que vem se tornando instrumento do imperialismo.

10. A tarefa histórica da classe operária é a de destruir o capitalismo. As premissas para a revolução proletária es-

tão maduras para isso. Não há nenhum outro tipo de transformação possível para o Brasil. Sob a conformação do capitalismo mundial e sob o imperialismo, a sua estrutura econômica e social chegou à condição de que as tarefas da revolução democrática burguesa do país atrasado só podem ser resolvidas pela revolução proletária. As forças produtivas industriais estão marcadas pelos ramos monopolizados e controlados por multinacionais. As pequenas e médias empresas se condicionam às relações monopolistas. Não têm autonomia para desenvolver livremente as forças produtivas internas. A economia agrária não superou a coexistência de formas pré-capitalistas de produção com as altamente tecnificadas. A utilização dos recursos industriais no campo está nas mãos de um punhado de agroexportadores e de multinacionais ligados à indústria de alimentos. As forças produtivas agrárias também não têm como se expandirem livremente sob a estrutura latifundiária, agroexportadora e dos monopólios industriais. As travas dos monopólios, constituídas desde à colonização e desenvolvidas no Brasil semicolonial, determinaram o atraso econômico frente às potências dominantes. A introdução do capitalismo de fora para dentro e a dependência do desenvolvimento das forças produtivas internas dos monopólios impuseram ao país a condição definitiva de nação semicolonial. Não houve possibilidade de uma revolução democrático-burguesa que o independizasse e o transformasse em um potência imperialista. O Brasil faz parte da ordem mundial como país semicolonial. Ordem constituída por um pequeno grupo de países altamente desenvolvidos, portanto imperialistas, e por uma maioria atrasada, portanto semicolonial. As forças produtivas internas estão potenciadas mas não podem avançar sob a forma monopolista e sob o constante saque imperialista. É necessário uma revolução para libertá-las. Esta só pode ser proletária.

11. A revolução proletária transformará a propriedade monopolista dos meios de produção em propriedade coletiva. Os ramos fundamentais da economia chegaram a um ponto de concentração que, ao serem arrancados das mãos da burguesia, dão ao proletariado a condição inicial de dirigir o conjunto das forças produtivas e encaminhá-las para a forma socialista. A tarefa de expropriar as corporações e colocar todos os ramos essenciais da produção sob o controle do Estado Operário atinge imediatamente o capital imperialista e a fração da burguesia nacional do grande capital. Atinge de conjunto o capital financeiro. A revolução proletária é antiimperialista e anticapitalista. Essa é uma particularidade da revolução social nos países semicoloniais. A burguesia nacional e a pequena burguesia estão impossibilitadas de romper os elos monopolistas e jugo imperialista. Ao contrário, o proletariado concentrado nos grandes centros urbanos e espalhado até o campo, principalmente nas áreas agroindustriais, é o carro-chefe da produção social. Suporta o peso da exploração monopolista e pelo lugar que ocupa na cadeia de produção está facultado a pôr fim à propriedade privada dos meios de produção. Está em choque direto com o domínio imperialista. E com o conjunto da burguesia nacional que o explora e que serve aos interesses do grande capital internacional. A independência do país semicolonial será conquistada com a expropriação dos monopólios e controle pelos trabalhadores de todos os ramos-chaves da produção e distribuição, bem como do capital financeiro. A tarefa de independência nacional, que é democrática, se realizará sob a revolução proletária. É parte indissolúvel dessa transformação a expropriação revolucionária dos latifúndios. A preservação da estrutura latifundiária e a penetração agroindustrial monopolista no campo, em algumas regiões, refletem a alta concentração da propriedade. Essa não mais poderá ser modificada sob o capitalismo. Fracassaram as várias

tentativas de reforma agrária, embora ela fosse de interesse da fração capitalista vinculada ao mercado interno. A tendência é de manter os milhões de pequenas propriedades, com uma área diminuta de terra, orbitando os latifúndios e reproduzindo-se como fonte de exploração e fome do campesinato. Continua vigente a expulsão de pequenos e médios produtores agrários, que provoca o fenômeno do sem-terra. A tarefa da revolução agrária vem combinada com a da libertação da semicolônia do domínio imperialista. A combinação dessas duas tarefas constitui particularidade do Brasil semicolonial, que só a revolução proletária pode responder. Os latifundiários terão de ser expropriados, parte das terras será entregue aos camponeses e parte coletivizada nas regiões agroindustriais. A entrega das terras aos camponeses, que reivindicam a reforma agrária, é uma medida transitória necessária. O objetivo estratégico do proletariado é o da coletivização geral do campo. Só é viável a expropriação revolucionária do latifúndio e da agroindústria se fizer parte da expropriação geral do monopólio industrial, comercial e financeiro.

12. A aliança operária e camponesa é decisiva para a tomada do poder, liquidação do domínio capitalista e realização das transformações. A revolução proletária depende da classe operária constituir a maioria nacional oprimida como força dirigida a destruir o Estado burguês. A classe camponesa é oprimida, está em choque com a propriedade latifundiária. Por suas relações históricas com a pequena propriedade não pode assumir o objetivo estratégico de derrocada da classe burguesa e realizar as transformações agrárias. Não tem como se constituir em classe independente. Por sua vez, o proletariado não representa isoladamente a maioria oprimida. Necessita da relação frentista de classe, que expresse a unidade da maioria oprimida contra o imperialismo e a burguesia nacional. Tem de se organizar como classe para si, em torno do partido-programa, e se

tornar direção da maioria explorada. A solução democrática do choque entre a classe burguesa, que tem como uma de suas frações a oligarquia latifundiária, e a classe camponesa virá pela via da revolução proletária. O proletariado é a classe historicamente socialista. No entanto, está obrigado a resolver tarefas democráticas pendentes do capitalismo atrasado e pertencentes a outra classe. Nas relações capitalistas de produção semicoloniais, o campesinato expressa o pré-capitalismo, limitando-se ao trabalho familiar e aos meios arcaicos de produção. Estão à mercê dos latifundiários e do capital comercial. O capitalismo semicolonial não permitiu levar até às últimas conseqüências a erradicação do campesinato pela proletarização da maioria e a transformação do restante em burguesia agrária. O fenômeno da expulsão de parte dos camponeses da terra trouxe um novo problema: os sem-terra. O capitalismo já não os absorve como mão-de-obra proletária e nem os permite voltar à terra. Essa situação expõe com mais clareza o conflito no campo. A agudização dessa contradição estremece o conservadorismo dos camponeses disseminados na imensidão do país, confinados nas relações de produção familiares e submissos à oligarquia. A manifestação da luta de classe no campo, encabeçada pelos sem-terra, coloca objetivamente a necessidade da aliança operária e camponesa. O proletário organizado traduzirá sua política de aliança apoiando-se na fração camponesa que expressa a luta de classe no campo. Nenhuma fração da burguesia pode tomar à frente de uma verdadeira reforma agrária. A idéia de aliança do proletariado e camponeses com setores da burguesia resulta numa política de estrangulamento da revolução agrária. Os camponeses isoladamente também não podem arrancá-la da oligarquia capitalista. Essa situação confirma a necessidade histórica do proletariado se unir ao campesinato para derrubar a burguesia do poder e dar curso à revolução agrária.

13. Uma outra particularidade é a de que a burguesia não pôde resolver os chamados desequilíbrios regionais. Expressam a contradição entre a cidade e o campo. Trata-se da manifestação da lei do desenvolvimento desigual e combinada. A indústria altamente produtiva permaneceu concentrada no Sudeste/Sul, enquanto que prevalece nas demais regiões uma economia agrária de baixa produtividade, excetuando a agroindústria exportadora, também concentrada em algumas áreas. O atraso econômico do Norte/Nordeste expõe a fratura do capitalismo atrasado. Não chegou a se industrializar, permanecendo em posição subalterna perante o Sudeste/Sul. Vasta região agrária está enclausurada no pré-capitalismo. A revolução agrária constitui uma alavanca para dar os primeiros passos na superação do atraso regional, dos “desequilíbrios” regionais, e das contradições entre cidade e campo. No desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a burguesia teve de acomodar os interesses oligárquicos regionais por meio da organização federativa do Estado. O federalismo oligárquico combinado com um férreo centralismo estatal administra os conflitos regionais. Conteve as tendências separatistas, sem contudo dar solução as suas causas político-econômicas. A burguesia teve como problema alcançar a unidade nacional de um país de extensão continental, desenvolver a indústria e formar um poderoso mercado interno. Pôde resolvê-lo apenas em parte. Os limites à solução desse problema histórico estiveram e estão dado pelo seu caráter semicolonial. O desenvolvimento do capitalismo tardio correspondeu aos marcos impostos pelo capitalismo mundial, refletindo a lei do desenvolvimento desigual e combinado que conforma o mundo dividido entre países adiantados e países atrasados. A solução integral daqueles problemas colocaria o Brasil na condição de país capitalista adiantado. Portanto, não há possibilidade da burguesia brasileira vir a completar a tarefa de unidade nacional, de

industrialização generalizada e vasto mercado interno. As forças produtivas continuarão limitadas por tais contradições. As etapas mais recentes do desenvolvimento capitalista indicam que quanto mais o Brasil se submete aos monopólios multinacionais e amplia a importação de capital financeiro, via de regra para atividades parasitárias, mais potencializam-se os desequilíbrios internos. Ao contrário, torna-se um imperativo a revolução agrária e a expropriação do grande capital para dar continuidade à tarefa de unidade nacional. Sem se atingir os monopólios da terra e da indústria não há como modificar os fatores do atraso semicolonial. A solução dos desequilíbrios regionais por meio da unidade nacional plena resultará de um salto qualitativo das forças produtivas. Uma vez que estas se encontram liberadas das travas dos monopólios avançarão livremente. A revolução proletária libertará as forças produtivas e as planejará de acordo com o plano democraticamente decidido pela maioria oprimida.

14. É necessário destruir o Estado burguês. Não há como democratizar o Estado oligárquico, como meio para livrar o país do imperialismo, realizar as transformações agrárias e alcançar a plena unidade nacional. A burguesia nacional aperfeiçoou o quanto pôde seu aparato estatal em função das necessidades das forças produtivas. O grau alcançado por elas condicionou, por sua vez, o desenvolvimento de sua máquina governamental. Não teve como ultrapassar o federalismo oligárquico e o centralismo ditatorial. O centralismo é uma necessidade do federalismo oligárquico. Combinam-se e fazem parte do mesmo fenômeno. As forças burguesas em conflito em torno do comando do Estado sempre expressaram a constituição oligárquica da burguesia nacional, marcada por interesses regionais e pela influência decisiva do grande capital imperialista. A supremacia de uma fração sobre outra jamais pôde modificar o funcionamento oligárquico do Estado. Os

momentos de funcionamento democrático, que foram poucos, serviram a limitadas disputas em torno da intervenção estatal na economia. As massas oprimidas nunca exerceram qualquer influência no funcionamento do Estado. São arrastadas por detrás dos partidos oligárquicos, incapazes de assumir uma política econômica voltada para a solução das tarefas democráticas pendentes. As mais mesquinhas promessas de reformas foram motivos de crise interburguesa e sempre terminaram em fracasso. Os interesses oligárquicos e monopolistas ditaram e ditam as relações do Estado com a economia. O Estado burguês já não pode ser fator de desenvolvimento da economia. No seu conjunto, está voltado aos interesses monopolistas. É um aparato manejado pela burguesia contra a expansão das forças produtivas. A estratégia de democratização do Estado, portanto, é inócua e reacionária. Ela se opõe à tarefa do proletariado de destruir o aparato estatal burguês e edificar o Estado operário. O Estado expressa a ditadura de classe da burguesia contra o proletariado e a maioria oprimida. Essa ditadura de classe está a serviço dos mesquinhos interesses oligárquicos e do capital imperialista. Destruir o Estado burguês é destruir a ditadura de classe da burguesia.

15. A derrubada da ditadura de classe da burguesia dará lugar à constituição da ditadura de classe do proletariado. A estratégia do proletariado de destruição do poder econômico, político e militar da classe capitalista conduz à ditadura revolucionária da maioria oprimida contra a minoria opressora. Só assim o proletariado se emancipará como classe dominada e se transformará em classe dominante. Para expropriar o grande capital e implantar a propriedade coletiva dos meios de produção, o proletariado está obrigado a recorrer à luta de classe, que assume variadas formas e intensidades conforme a situação. A burguesia se utiliza constantemente das mais distintas formas de violência reacionária para combater a insubordinação e o

levante da classe operária e demais explorados. Em contraposição, o proletariado se vê na contingência de utilizar a violência revolucionária contra a opressão de classe. As contradições econômicas e sociais tendem a levar a luta de classe à guerra civil. Os constantes embates em que o proletariado recorre à ação direta, com movimentos grevistas, ocupações, bloqueios e manifestações de massa, obriga a burguesia a expor a sua forma de dominação, que é a da ditadura da minoria contra a maioria. A sustentação da exploração do trabalho e dos fundamentos econômicos do capitalismo é assegurada, em última instância, pela violência policial, militar e judicial. A burguesia precisa sufocar diariamente o instinto de revolta dos oprimidos. Precisa golpear cada tentativa das massas que subverta a ordem do capital. Constantemente, precisa impor derrotas às mais elementares lutas por reivindicações econômicas. Não pode permitir que estas se generalizassem e se tornem em luta política contra o governo e o Estado. A situação comum de opressão sobre a maioria faz com que os movimentos parciais tendam a se generalizar e a constituir a unidade da maioria oprimida contra a minoria opressora. Essa tendência transforma a correlação de força entre as classes e permite ao proletariado se colocar à frente da insurreição popular. As experiências, nesse sentido, demonstram que o estágio insurrecional da luta de classe coloca a guerra civil e com ela a necessidade do armamento geral da população. A burguesia exerce a mais ferrenha ditadura de classe para que o proletariado não se potencialize para a insurreição e não se eleve à condição de classe dominante. As crises do capitalismo, os choques interburgueses e os brutais ataques à vida das massas criam as condições objetivas para o proletariado usar sua força coletiva e gestar organismos de base, que expressam o poder dos explorados. As experiências, também nesse caso, comprovam que a luta de classes ao alcançar um patamar mais

elevado de revolta da maioria e de desintegração dos aparatos estatais lançam o proletariado a se organizar em organismo de poder próprio. Estabelece-se um poder revolucionário do proletariado contra o poder contra-revolucionário da burguesia. Constitui o embrião da ditadura do proletariado. A organização do proletariado em organismos nascidos do choque de classes permite-lhe desintegrar o Estado burguês e elevar-se como classe dirigente das transformações revolucionárias.

16. A forma de governo que exercerá o domínio da maioria contra a reação capitalista é do governo operário e camponês. É por meio dele que se materializará a ditadura do proletariado. O governo operário e camponês exercerá o domínio do proletariado. Trata-se de um governo que expressa uma aliança de classe forjada na luta contra a ditadura da burguesia e voltada para a tomada do poder. No Brasil, o capitalismo semicolonial conserva milhões de camponeses sob brutal opressão. As contradições entre o grande capital que encarna a oligarquia latifundiária e as massas camponesas que encarnam a pequena propriedade levam a violenta luta de classe no campo. A luta de classes no campo e na cidade coloca objetivamente a necessidade da aliança de classe contra a opressão da classe capitalista. A unidade entre a cidade e campo é a condição para que as forças sociais oprimidas pelo capitalismo possam resistir à exploração, arrancar conquistas e derrotar definitivamente a classe burguesa por meio da revolução. O proletariado tem de conquistar as camadas mais oprimidas e revolucionárias do campesinato, na luta diária, para a constituição de organismos de poder que respondam às tarefas da maioria explorada. A expulsão de boa parcela das terras agudiza o conflito dos camponeses contra a burguesia latifundiária e o Estado. Os sem-terra se vêem na contingência de se aglutinar, organizarem-se em movimento coletivo e recorrerem ao método da ação direta. Essa experiência prepara

as condições para a aliança operária e camponesa. As camadas camponesas dispersas em pequenas propriedades e conservadoras estão fustigadas pela pobreza e ameaçadas de expulsão. A aliança entre o proletariado e as massas de sem-terra permite incentivar a resistência das camadas oprimidas mais conservadoras e estender para todo o campo a insurreição dos explorados. Os camponeses sem-terra isolados do proletariado e dos próprios camponeses que ainda conservam a pequena propriedade não podem impor aos latifundiários sua luta pela reforma agrária. A aliança do proletariado com os camponeses em combate pela terra poderá modificar a correlação de forças da luta de classes no campo, trazendo parte dos camponeses, que estão alheios ao movimento coletivo do campo, a se incorporar na luta contra a opressão latifundiária. É que a aliança operária e camponesa expressará para o conjunto dos explorados do campo a expropriação geral do latifúndio e fim da opressão latifundiária. A tarefa democrática de destruição da propriedade latifundiária será alcançada por uma revolução agrária. E esta, por sua vez, não poderá ocorrer nos limites do capitalismo. A contradição entre as necessidades dos camponeses terem acesso à terra monopolizada pelos latifundiários e suas aspirações à forma da pequena propriedade privada da terra, pela via da reforma agrária, não tem possibilidade de ser resolvida no interior do capitalismo e pelo Estado. É preciso a expropriação revolucionária da propriedade latifundiária. Essa é uma tarefa histórica que só o programa do proletariado pode cumprir. A expropriação dos latifundiários é parte da expropriação dos monopólios industriais, comerciais e financeiros. A aliança operária e camponesa é vital para o proletariado superar o isolamento frente aos camponeses e a pequena burguesia urbana, para os camponeses em luta romperem seu isolamento diante dos demais camponeses e diante do proletariado e para conquistar a maioria oprimida para o

programa de expropriação geral do capital. A constituição da aliança operária e camponesa é o embrião de um governo revolucionário. Reúne as necessidades da estratégia de tomada do poder pela insurreição, do programa de expropriação e da tática revolucionária de unidade da maioria oprimida em torno do proletariado. A composição de classe do capitalismo semicolonial no Brasil, as tarefas democráticas pendentes e as transformações socialistas não permitem outra forma de governo senão a do governo operário e camponês. Define-se claramente pelo conteúdo de classe proletário, portanto, da ditadura do proletariado, e por sua aliança de maioria oprimida contra a ditadura de classe da minoria opressora.

17. A conquista do poder político pelo proletariado implica enfrentar o capital imperialista. A burguesia nacional encontra-se entrelaçada com a burguesia internacional. Apesar das diferenças e dos interesses particulares, constituem uma única classe contra o proletariado. A burguesia imperialista tem seus interesses materializados no controle interno de parte da economia e atua por cima do país por meio do capital financeiro. De forma que a luta da classe operária se confronta diretamente com os capitalistas externos. O Estado e o governo asseguram o intervencionismo econômico dos monopólios e o parasitismo financeiro do grande capital estrangeiro. A luta contra a exploração do trabalho e a tarefa de expropriação do grande capital atingem frontalmente a extração de mais-valia e a acumulação de capital pelos monopólios. Rompem o domínio imperialista. Os interesses particulares do capital internacional, cravados na economia brasileira, se revestem dos objetivos históricos de defesa do capitalismo contra a revolução socialista. A derrota da burguesia nacional pelo proletariado quebra o elo do capitalismo mundial. A burguesia imperialista se encontra na posição de defender o capitalismo como ordem internacional. Age violentamen-

te contra o levante revolucionário do proletariado em qualquer parte do planeta. Não admite nenhum rompimento do regime burguês, por mais insignificante que seja o país semicolonial no interior dessa ordem. Tem claro que a revolução iniciada numa determinado país tende a se projetar internacionalmente. Não é apenas seus interesses particulares que são afetados. A revolução, que começa nas fronteiras nacionais de um país, coloca no horizonte a destruição de todo o sistema capitalista de produção. Não por acaso que a luta do proletariado na semicolônia começa pelas tarefas democráticas de libertação nacional e só conclui com as tarefas socialistas. A combinação das tarefas democráticas com as socialistas impõe o entrelaçamento da luta antiimperialista com a anticapitalista. O proletariado, para enfrentar o domínio do capital mundial, está obrigado a unificar a maioria nacional oprimida por meio de uma frente única antiimperialista. Trata-se da tática revolucionária apropriada aos países semicoloniais. É por meio dela que a classe operária, tendo à frente seu partido, desenvolverá a luta de classe contra o capital monopolista e enfrentará a reação interna do grande capital nacional. A frente única antiimperialista e a aliança operária e camponesa são meios do proletariado conquistar a maioria oprimida para destruir o poder burguês.

18.O objetivo estratégico de destruir o capitalismo e chegar ao comunismo constitui a essência do partido operário revolucionário. O instinto socialista do proletariado, que se manifesta na produção social, tem de se converter em estratégia de tomada do poder; de se transformar em programa da revolução e ditadura proletárias. O partido é o instrumento essencial para essa tarefa. Possibilita o instinto coletivo de revolta anticapitalista se entocar com o movimento socialista. A fração do proletariado organizada no partido constitui o grau mais elevado de consciência de classe. Esse destacamento se forja no interior da luta de

classe, construindo o programa e colocando-se por dirigir a revolta do proletariado. Assimila constantemente as experiências da luta de classes, transforma-as em teoria revolucionária e em programa. Encarna ferreamente o instinto revolucionário e o materializa na finalidade estratégica da revolução social. A organização de um destacamento da classe operária em partido político permite ao proletariado como classe consciente combater a burguesia e criar as condições para a tomada do poder. O proletariado e seu partido se soldam pelo programa, por sua organização e por sua ação. O programa da revolução e ditadura proletárias condiciona a natureza organizativa do partido e sua ação. O destacamento que se constitui em organização programática do proletariado se distingue pelo trabalho de transformar o instinto de revolta da maioria oprimida em consciência de classe e movimento revolucionário. É formado por militantes profissionais, que dominam o programa e dedicam toda sua vida à organização do proletariado para a revolução. Organizam-se em células, atuam no seio dos explorados combinando o trabalho clandestino e aberto (ilegal e legal), interagem sob o regime do centralismo democrático, garantem o auto-financiamento do partido e encarnam a unidade entre teoria e a prática. Essas características são essenciais ao partido-programa; necessárias para realizar o trabalho de fusão entre o movimento instintivo das massas oprimidas com o movimento socialista. O Partido Operário Revolucionário (POR) incorpora como elemento essencial de seu programa a concepção leninista do partido.

19. A construção do partido, no Brasil, é parte da tarefa de reconstruir a IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista. Assenta-se no Programa de Transição da IV Internacional, bem como no Manifesto do Partido Comunista e nos fundamentos programáticos dos quatro primeiros Congressos da Internacional Comunista. O

internacionalismo proletário está na base do programa do POR. A revolução no Brasil só poderá triunfar se se entrecar com a revolução mundial. A derrubada da burguesia em qualquer parte do mundo traz consigo a necessidade do proletariado internacional defendê-la por meio da revolução em outros países. O rompimento de um elo do capitalismo mundial introduz a contradição entre a propriedade coletiva dos meios de produção e a propriedade privada. A burguesia internacional se vê obrigada a restabelecê-lo por meio da contra-revolução. Não pode permitir que o proletariado internacional se apoie na conquista da revolução em um determinado país e a projete como via da emancipação geral de todos os explorados. A luta de classes tem particularidades nacionais, mas em qualquer de suas manifestações reflete a luta de classes mundial. A revolução por sua forma é nacional e por seu conteúdo é internacional. A tomada do poder pelo proletariado em um país se transforma em patamar para a revolução em outras latitudes. A burguesia atua para isolá-la e destruí-la. O “socialismo em um só país”, como expressou o estalinismo na ex-URSS, constitui uma reação burguesa ao internacionalismo. A revolução e as transformações socialistas no modo de produção não podem ser contidas nas fronteiras nacionais. Ao se romper as relações capitalistas de produção em um determinado país, liberta-se parte das forças produtivas da propriedade privada dos meios de produção e das fronteiras nacionais. Estas se chocam com as forças produtivas mundiais ainda sob o controle da burguesia internacional. Tal contradição será resolvida pelo desenvolvimento da revolução. O capitalismo é mundial e sua destruição histórica pelo comunismo só pode ser mundial. O programa do proletariado visa abolir as classes. A sociedade sem classes será alcançada pela mundialização do modo comunista de produção. O isolamento de uma revolução, por mais que se avance a socialização dos meios de produção, acabará sen-

do esmagada pelo poder mundial do capital. O internacionalismo proletário é incompatível com qualquer programa nacional. O Programa de Transição da IV Internacional corresponde à tarefa de construir o partido no Brasil, aplicando-o de acordo com as particularidades nacionais. O POR se constitui em secção do Partido Mundial da Revolução Socialista, que tem como embrião o Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional.

20. A formação histórica do Brasil se entrelaça com a do continente latino-americano. Os países da América Latina, apesar do desenvolvimento ser desigual e guardar particularidades, se caracterizam como semicolônias. A opressão imperialista atua como obstáculo para o desenvolvimento de cada país e de seu conjunto. As fronteiras nacionais que os separam agem também como bloqueio às forças produtivas continentais. Os movimentos nacionalistas não puderam quebrar o domínio imperialista e eliminar as fronteiras nacionais. A tarefa de unidade latino-americana antiimperialista há muito foi colocada e mantém sua vigência. As tentativas de unificação, integração regional e livre cooperação foram abortadas pelos interesses mesquinhos das frações burguesas latino-americanas e, sobretudo, pelo intervencionismo do grande capital internacional. Ao contrário da cooperação, as frações mais fortes do capital semicolonial sempre procuraram tirar vantagens das demais nações do continente. O imperialismo se utiliza das rivalidades fronteiriças entre as semicolônias para perpetuar a divisão e melhor saquear. Parte da burguesia semicolonial se encontra profundamente submetida ao domínio dos monopólios. Essa fração oligárquica comanda os Estados e atua como correia de transmissão da política mundial das potências. A tendência é do imperialismo reforçar seu intervencionismo econômico, político e militar por cima dos Estados latino-americanos. Os conflitos de interesses intercapitalistas geram crises, que expõem o atraso

semicolonial, a drenagem de riquezas e a miséria das massas. No entanto, a retomada constante de setores da burguesia e da pequena burguesia latino-americana de integração regional, para fazer frente às pressões desintegradoras do imperialismo, não tem como apresentar reais saídas para as forças produtivas enclausuradas. A libertação das forças produtivas e a superação do atraso latino-americano dependem do rompimento da opressão imperialista. A revolução no Brasil, ou em qualquer um dos países do continente, abrirá caminho para conquistar a unidade antiimperialista da América Latina. Somente o proletariado, apoiado nos demais oprimidos, tem condições de quebrar as travas do imperialismo e das fronteiras nacionais. A eliminação das heranças coloniais, do atraso semicolonial e da miséria crônica da maioria oprimida será obra da revolução proletária. O conteúdo mais acabado desse objetivo histórico é dado pela bandeira de Estados Unidos Socialistas da América Latina, colocada pelo programa da IV Internacional. Seu sentido corresponde à revolução mundial.